

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ

Termo de Referência 51/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
51/2025	200356-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - RJ	CARLOS EDUARDO GONCALVES DE CARVALHO	07/10/2025 11:26 (v 0.8)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		08455.024948/2023-19

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de Preços para futuras Aquisições de Aparelhos de Ar-Condicionado, sem instalação, e demais insumos do segmento de climatização, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CATMAT	REQUISIÇÃO MÍNIMA	QTD. TOTAL	VALOR DE REF. (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	EXCLUSIVO ME/EPP
-	1	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 12.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	618525	4	40	3.375,97	135.038,80	
-	2	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 12.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	618525	2	20	3.375,97	67.519,40	SIM
-	3	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 24.000 BTU/h - Selo Procel A.	UNIDADE	619109	6	60	5.052,19	303.131,40	

		<u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>							
-	4	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 24.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	619109	2	15	5.052,19	75.782,85	SIM
-	5	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 48.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	470880	1	7	15.295,65	107.069,55	
-	6	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 48.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	470880	1	3	15.295,65	45.886,95	SIM
-	7	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 56.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612490	1	7	15.547,44	108.832,08	
-	8	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 56.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as</u>	UNIDADE	612490	1	3	15.547,44	46.642,32	SIM

		<u>constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>							
-	9	Ar Condicionado Split Cassete Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	239608	1	7	16.125,56	112.878,92	
-	10	Ar Condicionado Split Cassete Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	239608	1	3	16.125,56	48.376,68	SIM
-	11	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 36.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	337620	2	11	10.926,17	120.187,87	
-	12	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 36.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	337620	1	4	10.926,17	43.704,68	SIM
-	13	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Quente/Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As</u>	UNIDADE	612237	2	11	12.343,87	135.782,57	

		características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência							
-	14	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Quente/Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612237	1	4	12.343,87	49.375,48	SIM
1	15	Tubo Cobre Flexível 1/4", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura - Peças de reposição para refrigeração	METRO	289275	450	450	16,59	7.465,50	SIM
1	16	Tubo Cobre Flexível 3/8", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura - Peças de reposição para refrigeração	METRO	338624	350	700	24,49	17.143,00	SIM
1	17	Tubo Cobre Flexível 1/2", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura - Peças de reposição para refrigeração	METRO	344031	200	450	32,52	14.634,00	SIM
1	18	Tubo Cobre Flexível 3/4", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura - Peças de reposição para refrigeração	METRO	387676	250	250	42,47	10.617,50	SIM
1	19	Tubo Cobre Flexível 5/8", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura - Peças de reposição para refrigeração	METRO	338625	200	450	38,09	17.140,50	SIM
1	20	Tubo Esponjoso 1/4", Blindado, 2 Metros	UNIDADE	399909	225	225	4,10	922,50	SIM

		- Material para instalação de ar condicionado							
1	21	Tubo Esponjoso 3/8", Blindado, 2 Metros - Material para instalação de ar condicionado	UNIDADE	428159	225	225	3,66	823,50	SIM
1	22	Tubo Esponjoso 1/2", Blindado, 2 Metros - Material para instalação de ar condicionado	UNIDADE	399908	225	225	3,81	857,25	SIM
1	23	Tubo Esponjoso 3/4", Blindado, 2 Metros - Material para instalação de ar condicionado	UNIDADE	399911	125	125	4,83	603,75	SIM
1	24	Tubo Esponjoso 5/8", Blindado 2 Metros - Material para instalação de ar condicionado	UNIDADE	400195	225	225	5,65	1.271,25	SIM
VALOR ESTIMADO PARA O GRUPO 1: R\$71.478,75									
2	25	Cabo PP 3 x 2,5mm² (Rolo de 100m) - Fabricado com materiais de alta qualidade e conforme normas de segurança, resistente à propagação de chamas e garantindo desempenho e confiabilidade.	ROLO	616159	10	10	913,40	9.134,00	SIM
2	26	Botija de gás refrigerante R410A contendo 11,300 Kg - Gás refrigerante ecológico, utilizado em aparelhos de ar condicionado e sistemas de refrigeração no geral, compatível com sistemas de ar condicionado tanto Inverter quanto Convencional	UNIDADE	400047	5	10	859,60	8.596,00	SIM
2	27	Suporte de aço para Condensadora até 50kg /Par 600mm Perfil U	UNIDADE	624555	45	90	115,74	10.416,60	SIM

		Slim Pintura Eletrostática - unidade fornecimento PAR							
2	28	Base de Borracha para afixação de condensadora em laje (Tipo T) - calço borracha para condensadora, com parafuso	UNIDADE	461921	360	360	8,53	3.070,80	SIM
2	29	Fita PVC para isolamento de tubulação frigorígena - Rolo 100mm x 10m - acessórios instalação split	UNIDADE	418894	500	500	11,53	5.765,00	SIM
2	30	Botija de gás refrigerante R438A contendo 11,300 Kg - Para sistemas de refrigeração e ar-condicionado com expansão direta, para substituição eficiente do R22	UNIDADE	617201	5	10	2.097,57	20.975,70	SIM
2	31	Manta Filtrante G3 - rolo com medidas 1,5m X 20m = 30 m2 - Para Ar Condicionado Central, Manta em Fibra Sintética	UNIDADE	479584	4	4	370,36	1.481,44	SIM
2	32	Compressor Scroll 10 TR - bifásico 220v. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	386390	1	2	8.217,08	16.434,16	SIM
VALOR ESTIMADO PARA O GRUPO 2: R\$75.873,70									
VALOR ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO: R\$1.547.562,00									

1.1.1. Para fins de interpretação e aplicação das especificações constantes neste processo, em caso de divergência entre a descrição do item no CATMAT e o conteúdo do Termo de Referência, prevalecerá o disposto no Termo de Referência.

1.1.2. A fixação de requisições mínimas no Sistema de Registro de Preços justifica-se pela necessidade de garantir a atratividade do certame, assegurando ao fornecedor um volume mínimo de fornecimento que viabilize economicamente sua participação. Tal medida baseia-se em dados históricos de consumo e visa assegurar a economicidade, eficiência e continuidade dos serviços públicos, conforme preconiza a Lei nº14.133/2021.

1.2 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador:

UNIDADE GERENCIADORA: 200356 SR/PF/RJ					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	CATMAT	REQUISIÇÃO MÍNIMA	QTD. TOTAL
1	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 12.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	618525	4	40
2	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 12.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	618525	2	20
3	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 24.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	619109	6	60
4	Ar Condicionado Split Inverter Quente/Frio Hi Wall – 220V – 24.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	619109	2	15
5	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 48.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	470880	1	7
6	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 48.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	470880	1	3
7	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 56.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612490	1	7
8	Ar Condicionado Split Cassete 4 Vias Inverter Quente/Frio – 220V – 56.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612490	1	3
9	Ar Condicionado Split Cassete Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	239608	1	7
10	Ar Condicionado Split Cassete Inverter Connect Wi-Fi Quente /Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características</u>	UNIDADE	239608	1	3

	<u>mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>				
11	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Connect Wi-Fi Quente/Frio – 220V – 36.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	337620	2	11
12	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Connect Wi-Fi Quente/Frio – 220V – 36.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	337620	1	4
13	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Quente/Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612237	2	11
14	Ar Condicionado Split piso-teto com compressor Inverter Quente/Frio – 220V – 60.000 BTU/h - Selo Procel A. <u>As características mínimas exigidas são as constantes do Caderno Técnico, Anexo III deste Termo de Referência</u>	UNIDADE	612237	1	4
15	Tubo Cobre Flexível 1/4", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura	METRO	289275	450	450
16	Tubo Cobre Flexível 3/8", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura	METRO	338624	350	700
17	Tubo Cobre Flexível 1/2", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura	METRO	344031	200	450
18	Tubo Cobre Flexível 3/4", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura	METRO	387676	250	250
19	Tubo Cobre Flexível 5/8", espessura 1/32", ASTM - B – 743, sem Costura	METRO	338625	200	450
20	Tubo Esponjoso 1/4", Blindado, 2 Metros	UNIDADE	399909	225	225
21	Tubo Esponjoso 3/8", Blindado, 2 Metros	UNIDADE	428159	225	225
22	Tubo Esponjoso 1/2", Blindado, 2 Metros	UNIDADE	399908	225	225
23	Tubo Esponjoso 3/4", Blindado, 2 Metros	UNIDADE	399911	125	125
24	Tubo Esponjoso 5/8", Blindado 2 Metros	UNIDADE	400195	225	225

25	Cabo PP 3 x 2,5mm² (Rolo de 100m) -	ROLO	616159	10	10
26	Botija de gás refrigerante R410A contendo 11,300 Kg -	UNIDADE	400047	5	10
27	Suporte de aço para Condensadora até 50kg/Par 600mm Perfil U - PAR	UNIDADE	624555	45	90
28	Base de Borracha para afixação de condensadora em laje (Tipo T)	UNIDADE	461921	360	360
29	Fita PVC para isolamento de tubulação frigorígena - Rolo 100mm x 10m	UNIDADE	418894	500	500
30	Botija de gás refrigerante R438A contendo 11,300 Kg	UNIDADE	617201	5	10
31	Manta Filtrante G3 - rolo com medidas 1,5m X 20m = 30 m2	UNIDADE	479584	4	4
32	Compressor Scroll 10 TR - bifásico 220v	UNIDADE	386390	1	2

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.4. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 12 (doze) mes, contados assinatura da ata, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do Art. 84 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, o quantitativo inicialmente registrado poderá ser renovado, desde que haja concordância entre o(s) fornecedor(es) e o órgão gerenciador.

1.6. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000018/2025;
- II) Data de publicação no PNCP: 15/05/2024;
- III) Id do item no PCA: 55 a 64;
- VI) Classe/Grupo: 4120 - Equipamento de Ar Condicionado;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Só será admitida a oferta de produtos que possuam a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos das Portarias INMETRO nº 7/2011, nº 410/2013 e nº 643/2012, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

4.1.2. As embalagens dos produtos devem ser recicláveis ou reutilizáveis; e

4.1.3. Os fornecedores devem oferecer um programa de logística reversa para o descarte adequado de equipamentos antigos e embalagens, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Da exigência de carta de solidariedade

4.2. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.5. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.5.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.5.2 Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.5.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega do material não poderá exceder a 30 (trinta) dias, a contar da ciência da emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues na Superintendência Regional da Polícia Federal no Rio de Janeiro - NUMAT/SR /PF/RJ, localizada na Av. Rodrigues Alves, 01 – Praça Mauá, Rio de Janeiro/RJ – CEP 20081-250;

5.3.1. O Almoxarifado do NUMAT/SR/PF/RJ funciona para recebimento de produtos de segunda a sexta-feira, das 8 horas as 12 horas e das 14 horas as 17 horas.

5.3.2. Dos critérios de aceitação do objeto

- a) Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- b) Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- c) Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- d) Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- e) O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;
- f) Não serão recebidos produtos que apresentarem nas embalagens sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas. Devem estar de acordo com o que estabelece a legislação vigente;
- g) Os produtos deverão apresentar nas embalagens, data de fabricação e data de vencimento;
- h) Os produtos com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

Da Nota de Empenho

5.4. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para entrega dos bens começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

5.5. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal da Transparência.

5.6 Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado no verso desta os dados bancários da Empresa (banco, agência e conta corrente). Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos bens, tais como modelo, marca, número de série, tempo de garantia, cor, medidas, entre outros dados que forem considerados essenciais.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.7. O fornecedor deverá credenciar, ou intermediar no procedimento, a CONTRATADA de manutenção predial da Administração como "instalador certificado", de maneira a oficializar as garantias de fábrica de até 10 anos.

5.7.1. Cumprirá à prestadora de serviços da contratante apresentar documentação e pessoal habilitado, com cursos de formação na área de climatização e refrigeração, para a certificação.

5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.9. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.10. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.11. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.12. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.13. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.14. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.15. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.16. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.17. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.18. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. Verificação da conformidade do fornecimento com as especificações constantes na Ata de Registro de Preços;

6.15.2. Controle dos prazos de entrega estabelecidos, com o devido registro em planilha ou sistema próprio, notificando a contratada em caso de atraso;

6.15.3. Conferência da nota fiscal e dos documentos de entrega, atestando o recebimento apenas após a checagem da integridade, quantidade e funcionamento dos equipamentos;

6.15.4. Solicitação de testes ou demonstrações de funcionamento, sempre que julgar necessário, para assegurar a qualidade e o cumprimento das especificações técnicas;

6.15.5. Registro de ocorrências relevantes, como atrasos, falhas técnicas, substituições ou recusas de materiais, para eventual aplicação de sanções ou glosas; e

6.15.6. Comunicação imediata ao gestor do contrato sobre qualquer irregularidade ou situação que exija deliberação superior ou envolva risco ao interesse público;

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **2% (dois por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias;

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **0,5% (meio por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% (quinze por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (meio por cento)** a **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (meio por cento)** a **5% (cinco por cento)** do valor da contratação.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária[A1] , no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 30(trinta) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.[A3]
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 16/05/2025.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado, conforme demanda da Instituição.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 9.24. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5 (cinco)% do valor total estimado da contratação.
- 9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.29. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.30. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.31. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.32. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.33. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$1.547.562,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e sete mil, quinhentos e sessenta e dois reais), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 2025.

Carlos Eduardo Gonçalves de Carvalho
Equipe de Apoio

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

- 13.1. Anexo I não se aplica ao presente procedimento, por se tratar de Ata de Registro de Preços.

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III Especificações Técnicas

- 15.1. Ar-condicionado Split (Itens 1, 2, 3 e 4)

- 15.1.1. Garantia de fábrica de 10 anos no compressor e de 3 anos no evaporador;
- 15.1.2. Capacidade (BTU/h): 12.000 (Itens 1 e 2) / 24.000 (Itens 3 e 4); Ciclo Quente/Frio; Fluido Refrigerante R32; Tensão (V) 220; Compressor: com tecnologia Inverter; Eficiência Energética: A (Selo Procel A); Frequência (Hz): 60; Material Condensadoras: tubos de cobre, com aletas com proteção *Blue Fin* ou *Gold Fin*;
- 15.1.3. Conectividade: Wi-Fi e Smart Control: Permite controlar o aparelho remotamente via smartphone ou assistentes virtuais como Alexa e Google Assistant. Aplicativo que facilite o controle total do aparelho, incluindo ligar, desligar e ajustar a temperatura;

15.1.4. Qualidade do Ar: filtragem e ionização para eliminar 99% dos vírus, bactérias, fungos e ácaros do ar. Desumidificadores eficientes;

15.1.5. Durabilidade e Design: Proteção contra oxidação e corrosão, aumentando a durabilidade do aparelho. A condensadora proteção contra oxidação de grafeno, aumentando a durabilidade do aparelho;

15.1.6. Operação Silenciosa: funcionamento com baixo nível de ruído, garantindo um ambiente tranquilo;

15.1.7. Funções de Climatização: Quente / frio;

15.1.8. Direcionamento automático do fluxo de ar para uma distribuição uniforme na sala;

15.2. Ar-condicionado Cassete (Itens 5, 6, 7, 8, 9 e 10)

15.2.1. Garantia de fábrica no compressor de 10 anos;

15.2.2. Capacidade de Refrigeração: 48.000 (itens 5 e 6) / 56.000 (itens 7 e 8) / 60.000 (itens 9 e 10) BTUs, Split Cassete 4 Vias Inverter; Ciclo Quente/Frio; Fluido Refrigerante R32; Tensão (V) 220; Compressor: Inverter; Classificação Energética A; Frequência (Hz): 60; Material Condensadoras: Tubos de cobre com aletas de alumínio;

15.2.3. Tecnologia Inverter: eficiência energética: A, ajuste contínuo da capacidade de refrigeração e aquecimento, economizando energia ao evitar picos de consumo;

15.2.4. Distribuição do Ar: 4 Vias, distribui o ar de maneira uniforme por todo o ambiente, garantindo conforto em todas as áreas. Modo Turbo, para resfriamento rápido do ambiente. Função Sem Vento: Climatização sem corrente de ar direta, proporcionando maior conforto;

15.2.5. Instalação: Embutido no Teto, integrando-se perfeitamente ao ambiente, deixando visível apenas um painel discreto;

15.2.6. Conectividade: Wi-Fi e Smart Control: Permite controlar o aparelho remotamente via smartphone ou assistentes virtuais como Alexa e Google Assistant. Aplicativo que facilite o controle total do aparelho, incluindo ligar, desligar e ajustar a temperatura;

15.2.7. Qualidade do Ar: sistema de Renovação de Ar que Permita a troca constante de ar do ambiente, melhorando a qualidade do ar interno;

15.2.8. Eficiência Energética: Ajuste contínuo da capacidade de refrigeração e aquecimento, economizando energia ao evitar picos de consumo;

15.2.9. Fluido Refrigerante Ecológico R32: Mais eficiente e menos prejudicial ao meio ambiente.

15.3. Ar-condicionado Split piso-teto (itens 11, 12, 13 e 14)

15.3.1. Garantia de fábrica no compressor de 10 anos;

15.3.2. Capacidade de Refrigeração: 36.000 (itens 11 e 12) / 60.000 (itens 13 e 14) BTUs, Split piso-teto com compressor Inverter; Ciclo Quente/Frio; Fluido Refrigerante R32; Tensão (V) 220; Compressor: Inverter; Classificação Energética A (Selo Procel A); Frequência (Hz): 60; Material Condensadoras: Tubos de cobre com aletas de alumínio;

15.3.3. Tecnologia Inverter: eficiência energética: A, ajuste contínuo da capacidade de refrigeração e aquecimento, economizando energia ao evitar picos de consumo;

15.3.4. Distribuição Uniforme do Ar: flecha de Ar de Longo Alcance; distribuição do ar de maneira uniforme por todo o ambiente, garantindo conforto em todas as áreas; ajuste Independente das Aletas, permitindo personalizar a direção do fluxo de ar para maior conforto. Modo Turbo, para resfriamento rápido do ambiente; função Sem Vento, com climatização sem corrente de ar direta, proporcionando maior conforto;

15.3.5. Instalação: Pode ser instalado tanto no piso quanto no teto, integrando-se perfeitamente à decoração do ambiente;

15.3.6. Conectividade: Wi-Fi e Smart Control: Permite controlar o aparelho remotamente via smartphone ou assistentes virtuais como Alexa e Google Assistant. Aplicativo que facilite o controle total do aparelho, incluindo ligar, desligar e ajustar a temperatura;

15.3.7. Qualidade do Ar: sistema de Renovação de Ar que Permita a troca constante de ar do ambiente, melhorando a qualidade do ar interno;

15.3.8. Eficiência Energética: Ajuste contínuo da capacidade de refrigeração e aquecimento, economizando energia ao evitar picos de consumo;

15.3.9. Fluido Refrigerante Ecológico R32: Mais eficiente e menos prejudicial ao meio ambiente.

15.4. Compressor Scroll 10 TR

15.4.1. Para sistemas de refrigeração e ar condicionado de médio a grande porte;

15.4.2. Capacidade nominal: 10 TR (\approx 35,2 kW);

15.4.3. Tipo: *scroll* hermético (fixo ou inverter);

15.4.4. Tensão de alimentação: 380–420V / 3 fases / 50–60 Hz;

15.4.5. Refrigerantes compatíveis: R-410A, R-407C, R-134a (dependendo do modelo);

15.4.6. Lubrificação: Óleo POE (polioléster);

15.4.7. Modulação contínua da velocidade do motor;

15.4.8. Redução de picos de corrente na partida;

15.4.9. Máxima eficiência em cargas parciais;

15.4.10. Proteções integradas: Térmica interna, sobrecorrente, alta pressão e sensor de temperatura;

15.4.11. Aplicações típicas: sistemas de ar-condicionado central (*rooftop*, splitão, VRF); chillers de média capacidade; e ambientes comerciais, industriais e institucionais.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCO ANTONIO FERNANDES DE BRITTO

Equipe de apoio

VANDERSON BERNARDES DA SILVA

Equipe de apoio

CARLOS EDUARDO GONCALVES DE CARVALHO

Equipe de apoio